



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA (28ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Oitava (28ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 10 de setembro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Ary Augusto Reis de Macedo (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, “a”, e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o Requerimento nº 39/2015, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, para a sessão ordinária em curso, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Vigésima Sexta (26ª) Sessão Ordinária e Sexta (06ª) Sessão Extraordinária, realizadas ambas em 24 de agosto de 2015, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 104, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dando denominação à Praça, situada na Rodovia Senador André Franco Montoro, de Jose Nassif Mokarzel”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 105, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre o desconto de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para municípios que adotarem animais abandonados, que se encontrem junto ao Programa Bem Estar Animal, ou entidades de proteção animal, conveniadas com o Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 107, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 71/2015, datada de 28/08/2015, objeto do Ofício nº 71/2015, de igual data, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica, ao Lar Infantil Aninha, e dando outras providências”; (ao exame das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 4. Projeto de Lei nº 109, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 72/2015, datada de 08/09/2015, objeto do Ofício nº 72/2015, de igual data, “dispondo sobre denominação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Jardim Paulista, Município de Mogi Mirim, de Darcy Mariotoni”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 5. Projeto de Lei nº 110, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 73/2015, datada de 08/09/2015, objeto do Ofício nº 73/2015, de igual data, “autorizando o Poder Executivo a alienar, por doação, área de terreno de propriedade do Município de Mogi Mirim, à empresa K.J. Comércio de Embalagens Ltda. ME. e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 6. Projeto de Lei nº 111, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 74/2015, datada de 09/09/2015, objeto do Ofício nº 74/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a receber, por doação, área de terreno de propriedade de Itaú Unibanco S/A”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei nº 112, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “instituinto a obrigatoriedade dos desfiles cívicos de 7 de Setembro e 22 de Outubro no município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. da Cruz Palomino, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Professor Francisco Luiz de Vazzi”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao senhor Leonildo Lopes da Silva”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Balancete Mensal da Receita e Despesa da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente mês de agosto de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 11. Balanço Financeiro e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de julho de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 71, 72, 73, 74/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 107, 109, 110, 111/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento n.º 352/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro cópia da autorização para a erradicação de árvores. Requerimento n.º 353/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro ao SAAE, o reparo em um buraco localizado à Rua Vereador Rodrigo Simões, próximo ao número 129, no Parque Real, já que o mesmo está causando transtornos aos motoristas, que trafegam por essa via. Requerimento n.º 354/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito informações ao prefeito municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento, se há estudos para viabilização de uma rotatória na Rodovia Dr. Amador Jorge de Siqueira Franco, na entrada das Chácaras São Marcelo. Requerimento n.º 355/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito à direção da Elektro a possibilidade de fazer instalação de postes de iluminação pública nas ruas da Chácara São Marcelo, onde, em algumas ruas, não há iluminação pública e causa a insegurança aos moradores do local. Requerimento n.º 356/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: reitero Requerimento n.º 564/2014 e requeiro ao prefeito, à Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras e Planejamento, a implantação de lombadas (reductor de velocidade) na Av. Alcindo Barbosa, na altura do n.º 634, e do n.º 780, Parque da Imprensa. Requerimento n.º 357/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: solicito ao senhor prefeito municipal junto à secretaria competente, à implantação de lombadas, pinturas de solo e placas de sinalização para inibir a velocidade na Rua José da Cunha Claro, Parque da Imprensa. Requerimento nº 358/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp informações sobre o cronograma de manutenção nos acostamentos da Rodovia dos Agricultores (MMR-347). Requerimento nº 359/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao sr. prefeito municipal, para informações e estudos sobre a revitalização da Praça Floriano Peixoto. Requerimento nº 360/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal informações e estudos sobre a revitalização da Praça Duque de Caxias. Requerimento nº 361/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro cópia de contrato de serviços firmados entre a prefeitura de Mogi Mirim e a empresa Safety Tecnologia em Segurança Ltda. Requerimento nº 362/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro informações sobre a Tarifa Social. Requerimento nº 363/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requeiro cópia do procedimento licitatório – pregão presencial nº 90/14. Requerimento nº 364/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Requeir informações a respeito da erradicação de árvores. Requerimento nº 366/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro a realização de estudos para melhorias urgentes no sistema de escoamento de águas pluviais na Avenida Sebastião Milano Sobrinho, no Jardim Planalto. Requerimento nº 367/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: reitero o Requerimento nº 242/2015 que solicitava relatório contendo informações sobre obras e reformas que estão sendo realizadas em nosso município, bem como a data de início e término, previsto para cada serviço. Requerimento nº 368/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro a empresa Elektro, que realize poda das árvores localizadas na Rua Rynaldo Borin, no Jardim Sbeghen. Q Requerimento nº 365/2015, de autoria da Vereadora Maria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Helena Scudeler de Barros, “convocando o Senhor Luís Gustavo Antunes Stupp, DD. Prefeito Municipal, de acordo com Artigo 32, inciso XV da LOMM, para que venha a sessão de Câmara, no dia 28 de setembro de 2015, às 18h30, para prestar esclarecimentos sobre as Leis Municipais nº 5.428, nº 5.587, nº 5586 e nº 5642”, teve sua discussão requerida pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho, conforme reza o Artigo 152, §3º, combinado com o Artigo 153, IX, do Regimento Interno vigente; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 343/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através das secretarias competentes, providências para viabilizar a reforma/manutenção da Base Móvel da Guarda Civil Municipal, com objetivo de garantir maior segurança à população. Indicação nº 344/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Mobilidade Urbana, estudos quanto a viabilidade de serem feitas alterações no trânsito, na Rua Dr. José Alves, implantando estacionamento rotativo ou permitindo o estacionamento de veículos nos dois lados da via. Indicação nº 345/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, estudos quanto a viabilidade de ser implantado dispositivo redutor de velocidade na Rua César de Freitas, na altura do número 186, Jardim Maria Antonieta. Indicação nº 361/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: indico ao prefeito que providencie, junto à secretaria competente, estudo para a implantação de faixa de pedestres nos dois sentidos da Avenida Adib Chaib, em frente à Escola Sapequinha. Indicação nº 362/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito ao prefeito municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, sejam feitas obras de implantação de lombada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e sinalização de solo, para Rua José Mario Barros Milano, que fica localizada na Chácara Toledo, Bairro Alto do Mirante. Indicação nº 363/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito ao senhor prefeito a implantação de lixeiras na Praça Lucinda Brasi Brandão, a fim de evitar que a população, joguem lixo na rua. Indicação nº 364/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal Luís Gustavo Antunes Stupp manutenção em 41 pontos de luz, localizados no bairro Chácaras Sol Nascente. Indicação nº 365/2015. Autoria: Jorge Setoguchi Assunto: solicito ao prefeito municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, manutenção em placa indicativa, localizada na Rodovia Deputado Nagib Chaib. Indicação nº 366/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, melhorias na iluminação da Praça Francisco Alves. Indicação nº 367/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, a substituição de lâmpadas queimadas no início da Av. Antônio Carlos de Oliveira. Indicação nº 368/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: indico ao prefeito que providencie, junto à Secretaria de Trânsito e Transportes, a implantação de vagas para deficientes e para idosos, em frente à capela na Praça São Benedito, Centro. Indicação nº 369/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal, que providencie junto à secretaria competente, a poda das árvores próximas à Igreja Matriz de São José. Indicação nº 370/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal Luis Gustavo Antunes Stupp, que providencie junto à secretaria competente e à Guarda Municipal, o aumento no policiamento nas proximidades da Igreja Matriz de São Benedito. Indicação Nº 371/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que providencie, junto a secretaria competente, implantação de estacionamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

preferencial próximo à Igreja Matriz de São Benedito. Indicação nº 372/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal, que providencie, junto a secretaria competente, a remoção dos pombos que se localizam próximos à Igreja Matriz de São José, assim como programa de conscientização dos moradores e frequentadores. Indicação nº 373/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal, que providencie junto à secretaria competente, reparos na pavimentação da Rua Orlando Pacini. Indicação nº 374/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, seja feita análise e poda de árvores, localizadas na Praça Maria Conceição Campos Andrade, Vila Rádio. Indicação nº 375/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, estudos quanto à viabilidade de ser implantada “lombada” na Rua do Tucura, em frente ao Supermercado São Vicente. Indicação nº 376/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua do Tucura, nº 105, em frente ao Supermercado São Vicente. Indicação nº 377/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, a poda da árvore existente na Avenida Brasil. Indicação nº 378/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: indico ao prefeito, para que junto a secretaria competente, providencie a poda das árvores da Praça Ibrantina Cardona, Jardim Santa Helena. Indicação nº 379/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Solicito melhorias na iluminação pública. Indicação nº 380/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: indico ao departamento competente, que realize manutenção no bueiro, localizado na Avenida Expedito Quartieri, em frente ao Condomínio Santa Mônica. Indicação nº 381/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico ao departamento competente, que realize a construção de rampa de acesso, em frente ao posto de saúde, localizado no Parque Do Estado II. Indicação nº 382/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico ao departamento competente, que realize operação tapa buracos na Rua Prefeito F. de Farias, no Bairro Eugênio Mazon (CDHU). Indicação nº 383/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Praça Maria Conceição Campos Andrade, Vila Rádio. Indicação nº 384/2015. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita ao Prefeito Municipal junto à Secretaria de Saúde, alteração nos horários de agendamento das consultas de todas as UBS. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 74/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: moção de congratulações e aplausos ao atleta Conrado Coradi Lino, pela conquista do quinto lugar, nos 400 metros nado Medley, e pelo sétimo lugar, na prova dos 200 metros nado Medley, durante a disputa do troféu “José Finkel” de Natação, no Esporte Clube Pinheiros, em São Paulo, entre os dias 17 e 22 de agosto. Moção nº 75/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: moção de congratulações e aplausos aos atletas da equipe que representou Mogi Mirim na 19º edição dos JORI, Jogos Regionais do Idoso, que aconteceu em Mogi Guaçu, no mês de agosto. Moção nº 77/2015. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: manifesta apoio a AFUSE macrorregião de Mogi Mirim, pelo movimento reivindicatório junto ao Governo do Estado de São Paulo. Moção nº 78/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Sra. Mônica Maki Nagai Shiroma, ocorrido em 27 de agosto de 2015. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567 e 568, 569, 570, 571, 572, 575, datados de 26, 27 e 28 de agosto e 1º e 03, 09 de setembro de 2015, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n.º 156/2015; Indicação n.º 289/2015; do Requerimento n.º 313/2015; Requerimento n.º 329 e Indicação n.º 284/2015; Requerimento n.º 335/2015; Requerimento n.º 305/2015; Requerimento n.º 336/2015; Requerimento n.º 330/2015; Requerimento n.º 282/2015; Requerimento n.º 307/2015; Indicação n.º 322/2015; Indicações n.ºs 321, 333 e 334/2015; Indicações n.ºs 325, 326, 327, 328 e 329/2015; Indicações n.ºs 330, 332 e 336/2015; Indicação n.º 335/2015; Indicações n.ºs 331 e 337/2015; Indicação n.º 339/2015; Indicação n.º 340/2015; Indicação n.º 341/2015; Indicações n.ºs 215/2015 e 522/2014; Indicação n.º 228/2015; Requerimento n.º 523/2014; Indicação n.º 309/2015; Indicação n.º 319/2015; Indicação n.º 320/2015; Requerimento n.º 060/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou sobre o Projeto de Lei n.º 112/2015, de sua autoria, instituindo a obrigatoriedade dos desfiles cívicos de 7 de Setembro e 22 de Outubro – Dia da Cidade, no município de Mogi Mirim. “Coloquei o projeto à apreciação, instituindo a obrigatoriedade dos desfiles cívicos, haja vista que, obviamente, nenhum de nós imaginava o prefeito capaz de cancelar um desfile cívico, eu mesma, jamais imaginei tanta irresponsabilidade e falta de patriotismo, enquanto as mães



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estavam ensaiando seus filhos, durante meses. Como vereadora, representante da população, não posso permitir que o prefeito tripudie sobre as personas, então, este projeto está para que nunca mais ocorra este tipo de cancelamento, e eu também fiz uma moção de repúdio sobre o fato, que ainda não foi protocolada, porque ainda aguardo assinaturas, e aos que desejarem, fiquem à vontade, para assinar, em conjunto, repudiando o cancelamento dos desfiles, lembrando que os vereadores Cinoê Duzo, Daniel Santos, Luiz Guarnieri, Roberto Tavares, Luzia, Maria Helena e Osvaldo Quaglio já assinaram e, desde já, agradeço o apoio, pois quem ficou entristecida mesmo, foi a população; eu fui ao ato cívico, com hasteamento de bandeiras, promovido pela Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM, na Praça Rui Barbosa, e depois ocorreu uma passeata pacífica, pelo centro da cidade, e passamos em frente ao novo prédio da Câmara, cuja locação, sempre fui contra, mesmo quando eu compunha a Mesa Diretiva anterior, mas, diante do andamento do processo do aluguel, pedi que adequações de acessibilidade fossem feitas no prédio, sempre pedi o piso direcional e total acessibilidade, enfim, foi colocado o piso direcional, mas não tem rampa na frente do prédio, como pode? E com uma vereadora cadeirante! Acessibilidade consta da Constituição Federal e fica, então, o meu repúdio, pela falta da rampa e pelas pedras portuguesas, em frente à entrada do novo prédio sede da Câmara de Mogi Mirim”, discursou e encerrou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que comentou suas várias indicações, em atendimento às solicitações encaminhadas pelos munícipes, ressaltando sugestão para implantação de estacionamento preferencial próximo a Igreja Matriz de São Benedito, pois era uma necessidade e providência de suma importância aos idosos e deficientes, bem como, junto à Guarda Civil Municipal, o aumento no policiamento, nas proximidades da mesma igreja, na Praça Duque de Caxias, porque os munícipes eram constantemente incomodados pelas pessoas desocupadas, que ficavam na praça e, principalmente, a questão dos guardadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de carros, diante da falta de policiamento e acompanhamento da GCM. Também, a poda das árvores próximas à Igreja Matriz de São José e a remoção dos pombos que se localizam próximos à Igreja Matriz de São José, assim como programa de conscientização dos moradores e frequentadores, pois, mesmo em processo de restauro, o número dos pombos continuava aumentando, na igreja, talvez por falta de controle da Vigilância Sanitária, ou dos munícipes, que alimentavam os pombos, aves que traziam doenças, além de prejudicar o restauro, que estava sendo executado. Falou também, sobre o problema das lâmpadas queimadas, no município, questão para a qual não havia ainda resposta a dar, haja vista que não fora feita licitação, e a cidade permanecia na escuridão, no tocante ao atraso no pagamento do repasse à Banda Lyra Mogimiriana, mais de sessenta dias, sem pagamento algum, quando era sabido, que os professores precisavam receber e que tais situações prejudicavam o trabalho com alunos e citou a empresa Emplacon, que tinha trabalhado e não tinha recebido por obras, que já estavam concluídas. “E apesar de todos estes problemas, também os problemas do país, da economia nacional, a nossa administração municipal continua ampliando seus aluguéis; a economia caminha para um lado e nossa administração caminha para o lado oposto, rasgando dinheiro, jogando dinheiro dos contribuintes fora, pois a administração municipal não está preocupada com a correta aplicação do dinheiro que temos; eu disse à Secretária Elisanita de Moraes, numa conversa informal, que não poderíamos ampliar locação de imóveis, mas que deveríamos ter boa administração dos recursos, porque é no momento difícil, que se conhece o administrador, como disse Dr. Fernando das Dores”, sublinhou e finalizou seu discurso. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que justificou sua ausência nas últimas reuniões, em virtude de grave acidente sofrido por um de seus filhos. “Estou sempre em contato com os vereadores, discutindo o que vai ser votado, mas, na última semana, não pude, um dos meus filhos está em coma. Eu agradeço aos amigos, a alguns vereadores,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que me conhecem, sentiram e me procuraram, deram-me apoio, agradeço à população, que assim que soube, apresentou-se e se colocou em orações. Agradeço à equipe médica e de enfermagem da cidade de Serra Negra e a de Campinas, que, sem saber quem éramos, consideraram-nos vítimas também, Paulo e eu, e nos deram todo apoio, uma vida em risco, que, graças a Deus, foi salva, e aos doadores de sangue, que foram muitos, graças a Deus, agradeço e muito, também à prefeitura de Mogi Guaçu, que deu todo o apoio a mim e ao meu marido e, assim, justifico, que não me reuni com os pares. Sobre o requerimento, que apresentei, solicito cópia das autorizações para erradicação das árvores, porque nós dependemos das árvores, para purificação do ar, a retirada de árvores está ocorrendo, vemos erradicação de muitas árvores e não entendemos e, por isso, a Vereadora Maria Helena Scudeler e eu estamos pedindo uma explicação”, salientou. Falou também sobre a tarifa social, sobre munícipes, que já tinham sido avaliados há meses e ainda tinham sido chamados pela prefeitura, para receber o benefício, e ela desejava saber o estava ocorrendo, se a tarifa social era, de fato, um direito, ou não. Por fim, abordou o assunto do cancelamento do desfile cívico do Dia da Independência, pediu, mais uma vez, desculpas pela ausência, e relatou história de sua infância, no Rio de Janeiro, durante o período da ditadura militar. “Vem 22 de Outubro, Dia da Cidade, e eu me lembro que meu pai, na ditadura, que foi sempre um patriota, os adolescentes foram convocados para desfilar, com as forças armadas, e os pais exigiram que os filhos estivessem presentes, porque a nacionalidade vinha em primeiro lugar, e fomos, com os soldados armados, até o local do desfile, então, vamos aguardar o dia 22 de Outubro, o que possa ocorrer”, frisou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, tecendo críticas ao prefeito Luís Gustavo Stupp. “O decreto do rascunho de prefeito, que ele deve impetrar na prefeitura, referente à economia, reduzindo o tempo do expediente, em duas horas, segundo a imprensa, ele vai reduzir, mas o salário dos funcionários não será alterado, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eu duvido, porque, tenho certeza, que o próximo passo será a redução de salários sim. Pergunto sobre o princípio de isonomia, porque, se eu presto concurso para tantas horas e depois recebo a notícia de que vou trabalhar menos, como faz? E os outros funcionários, que não tiverem a redução do tempo? Direitos iguais, por que a diferenciação? Discriminação? Economia? Das 8 às 14 horas? A parte administrativa não move máquinas, a economia será irrisória, o prefeito quer economizar, mas ao mesmo tempo, quer alugar o prédio na Rua Paissandu, para sede da prefeitura, ao custo de vinte e três mil reais/mês; a economia, com a redução da jornada, será mínima, e o dinheiro do povo continuará sendo jogado fora, então, para que tantos secretários? Para que tantos cargos comissionados? Precisaríamos, no máximo, de três secretarias, então, vamos reduzir secretários e gerentes e daí sim, teremos uma economia substancial, pois o prefeito está tentando enrolar! Enrola, enrola e não faz nada e por que escolheu o imóvel da Rua Paissandu? Quem é o dono? Nem Óleo de Peroba pega na cara de pau do prefeito, o pior rascunho de prefeito que Mogi Mirim já teve!”, registrou e concluiu participação. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Há tantos assuntos a tratar, a merenda escolar, a falta de manutenção na iluminação, o SAMU, que está com os salários atrasados, mas vou começar pelas enchentes, porque no dia 08, depois das fortes chuvas, vários pontos ficaram alagados, tais como, a Rua Jairo Aparecido Vilela, que tinha sido colocada no orçamento e foi retirada pelo prefeito, o Túnel Mário Covas alagou, novamente, como em qualquer chuva. A chuva nem precisa ser forte e já fiz vários requerimentos sobre isso, pedindo que a prefeitura resolva, com a retirada de água de chuva, bem como as vielas sanitárias do Jardim Planalto, especificamente, as da Rua Sebastião Sobrinho, onde estive, em plena chuva, e fiz até um vídeo, porque a água que entrava pela viela não teve saída, pois o bueiro estava entupido e acabou inundando a casa do morador e isso precisa ser resolvido, esta herança de ex-prefeito, que implantou o loteamento. No Jardim Flamboyant,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mais problemas de inundação, com a água invadindo as casas, mas o local que mais sofreu foi o Parque das Laranjeiras. Eu estive lá, às 19 horas, fiz outro vídeo, mostrando a realidade da Rua 16, do Parque das Laranjeiras, que foi a que mais sofreu; o asfalto se iniciou em cinco ruas do Parque das Laranjeiras, Ruas 16, 17, 18, 19 e 20, que estão em obras e o trabalho, mesmo demorando, estava indo bem, lentamente, todavia. As máquinas cessaram atividades, para fazer a obra de revitalização da Rua XV de Novembro, no centro, e eu já disse aqui, que não sou contra obras na Rua XV de Novembro, sou favorável, mas não se poderia ter estacionado o trabalho no Parque das Laranjeiras, para trazer as máquinas para a Rua XV de Novembro, porque, como alertei, choveu e ficou o caos e o pior foi que a água levou guias e sarjetas das ruas em obras, dinheiro jogado fora, além de abrir crateras na Rua 15; estive lá, hoje, mas não tinha nenhum funcionário reparando o estrago, perdeu-se material e, se tivessem me escutado, ou respeitado o morador e concluído o serviço, antes de vir para o centro, o desfecho seria outro. Há trinta e dois anos o morador aguarda o asfalto, no Laranjeiras, e quando imaginou que o trabalho seria realizado, em respeito a ele, ocorreu tudo isso. Enfim, que se conclua os serviços no Parque das Laranjeiras e acabem com essa novela”, destacou e finalizou. O próximo orador a discursar foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Ouvi o comentário do Vereador Luís Roberto, com relação às obras no Parque das Laranjeiras e na Rua XV de Novembro, são obras importantíssimas, na cidade, e eu sempre apoiei a revitalização da Rua XV de Novembro, mesmo porque a acessibilidade lá, sempre foi difícil. Também, sempre achei que os loteamentos irregulares tinham que ter atenção e serem regularizados, eu já disse aqui, sobre a questão do planejamento, que precisa haver planejamento. Existem ótimos profissionais, formados em várias áreas, mas administrar e planejar, às vezes, não é tão fácil, e a administração começou a obra no Parque das Laranjeiras, sabendo que, se chovesse, tudo iria escoar, iria por água abaixo e pararam a obra, para iniciar outra, então, pergunto:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por que não se planejar melhor? Primeiro, terminar uma obra, para depois começar outra, e é este o problema da falta de planejamento, ou seja, refazer e no Parque das Laranjeiras toda a obra terá que ser refeita! De quem é o dinheiro que foi para o ralo? Do povo! E depois, ainda vai bater no peito e dizer que fez com dinheiro municipal! Este é o problema do Brasil, e este homem – o prefeito Stupp – disse que Mogi Mirim seria uma Suíça, na América do Sul! Ora! Só se for o queijo suíço que o Cinoê fala! Falta de aviso não foi, faltou mesmo foi competência, pois ele não é bom administrador, ele é bom marqueteiro, isto é fato, e tudo ele larga pela metade, talvez seja isso o que ele goste, talvez... mas é triste ver isso, ver a população daquele bairro – estive lá – fizemos reuniões na casa de moradores lá e fomos até São Paulo, vários vereadores, no Cidade Legal. Começa-se a fazer alguma coisa e ocorre este desastre, que era previsto, repito, e, agora, vão jogar a culpa em São Pedro, que não colaborou, não é? Daqui a pouco vão deixar a Rua XV de Novembro pela metade também, por falta de verbas”, explanou e encerrou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que falou sobre as proposituras que apresentou, especialmente, indicação para às Chácaras Sol Nascente, onde as reclamações eram muitas, porque no local existiam quarenta e um pontos de luz queimados, razão pela qual ele reivindicava solução urgente, por motivo de segurança. Também comentou requerimento, para soluções na Rodovia dos Agricultores, que apresentava degrau entre o acostamento e a pista de rolamento, lembrando que o acostamento era usado para o trânsito de máquinas agrícolas e estava precário, clamando providências ao prefeito. Falou ainda, sobre pedido de revitalização da Praça Duque de Caxias e Floriano Peixoto, porque acreditava que, com o movimento e a presença de munícipes, circulando nas praças, a segurança seria ampliada no local e arredores. Informou sobre visita que tinha feito ao Parque das Laranjeiras, na semana passada, relatando que, com as chuvas, a base de asfalto, feita de pedras britas, tinha sido levada embora, totalmente, porque o terreno era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inclinado, num declive acentuado, e que, constataria tal fato em todas as ruas, que estavam com obras. “Vereador Osvaldo, na realidade, aquilo que o prefeito fez, já foi por rua abaixo, literalmente, ele vai fazer tudo, novamente, e houve assoreamento no córrego, portanto, espero que o prefeito se apresse em colocar a massa asfáltica no Parque das Laranjeiras, para que o prejuízo não seja ainda maior”, concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que disse que desejava deixar certos os fatos. “Na sessão anterior, o Vereador Cinoê falou que existiam trezentos funcionários comissionados, na prefeitura de Mogi Mirim, e existem, aproximadamente, sessenta funcionários e vão ocorrer mais demissões; na época do Carlos Nelson Bueno existiam oitenta; há muitos cargos com Função Gratificada – FG, pois os funcionários concursados recebem FG; a crise está aí, atingindo várias cidades, não só Mogi Mirim; a Vereadora Dayane Amaro propôs moção de repúdio diante do cancelamento do desfile e eu também não acho correto o cancelamento, que aconteceu, vereadora, mas sei, que a situação financeira do município é precária, portanto, às vezes, é melhor conversar com o Secretário de Finanças e saber qual a situação, mas não estou dizendo que não concordo; enquanto estava lendo os projetos, requerimentos e projetos, para muitos pode nem fazer sentido, mas eu estou concentrado, lendo, e muita conversação, atrapalha, e como o presidente chamou atenção da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, eu quero lembrá-la, que há um tempo, a ex-diretora Adriana Tavares deixou esta Casa, em intenso choro, porque a vereadora chamou atenção dela, em público, durante a sessão, enquanto ela discutia um projeto com um vereador, eu já disse à vereadora que ela não agiu corretamente, e houve o caso do assessor Munir, com quem a vereadora também discutiu; hoje, chegamos aqui, para assinar a Ficha de Presença e a vereadora se posicionou, pedindo para ser a última, o Vereador Pires estava na frente, mas ambos declinamos, para que ela assinasse, em último; a mensagem é bem clara: é fundamental entre nós, Edis, existir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cumplicidade, educação e respeito e penso que, enquanto o 1º Secretário estiver efetuando a leitura, educação seja fundamental, além de estarmos em votação, enquanto há a leitura, portanto, quero dizer à vereadora, que pedi discussão do requerimento de sua autoria, porque eu quero entender, quero efetuar leitura, porque ainda não tive a oportunidade, assim como vou pedir o adiamento do parecer desfavorável ao projeto do Vereador Benedito, para entendê-lo também, e todos temos direito de ver, analisar e votar, com toda a consciência, e eu me reservo este direito, respeito a todos e quero respeito também”, discursou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Laércio Rocha Pires, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “O Vereador Waldemar tem razão, naquela mesma noite, eu pedi desculpas à Adriana Tavares, reconheço que errei e não tenho dificuldades, em reconhecer o erro, pois fui indelicada e me desculpei, ela aceitou. Eu quero dizer que, hoje, eu senti uma atitude correta do prefeito, o pedido de retirada do projeto, dispondo sobre aprovação do plano de urbanização do Loteamento Carlos Gomes e isso se deu graças aos senhores, com a atitude firme e positiva dos senhores, que permitiu à Comissão de Finanças analisar o projeto, e, assim, estivemos com o diretor da Cetesb e vereadores, uma manhã toda, no loteamento Carlos Gomes, também conosco o geólogo da Cetesb; não é um plano de urbanização, é um levantamento planialtimétrico, que apresentamos ao Paulo, gerente da Cetesb, que também não entendeu nada e nos disse para representar junto ao Ministério Público; o prefeito pede a urbanização de oitenta e dois lotes; há a viela Silvio Brunialti e outra e o técnico nos disse que não há problema algum para o empreendedor legalizar a situação, do que já existe, pois é apenas o desmembramento, em cartório, mas fica o restante, então, assim, chamamos o novo proprietário do Jardim Carlos Gomes, ex-vereador, que sabe que somos legalistas e que merecemos consideração e informação decente, e lhe propusemos que retirasse o projeto, de autoria do prefeito, e ele será retirado e, sobre o plano de urbanização, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

proprietário nos disse que quer colocar lotes, com frente para a Avenida Adib Chaib e no entorno, com comércio e moradia, e pedimos que ele nos mostrasse, o que desejava fazer, ao invés de um desenho mal feito, onde não se preserva nada, então, esta é uma conquista desta Casa, porque foi graças à participação de todos, seguramos o projeto, pressionamos e descobrimos o que quer fazer a Napoli Empreendimentos, no Jardim Carlos Gomes, e credito tudo isto aos pares, que nos deram a oportunidade de ter o projeto em mãos”, discursou e finalizou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h58, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente), não sem antes convidar a todos para reunião, em plenário, com o senhor *Ronieri Gallo, representante do SAMU*. Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “dispondo sobre a anulação de crédito suplementar no valor de R\$ 157.500,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. “A Comissão de Finanças e Orçamento – CFO entendeu que é uma adequação do orçamento da Câmara, em virtude da antecipação de setecentos mil reais, do duodécimo, ao Poder Executivo, mexeu-se na estrutura financeira da Câmara, o dinheiro foi retirado de várias partes, para ser devolvido ao Executivo e a contabilidade deve ser adequada e votaremos, favoravelmente, ao projeto”; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por doze (12) votos favoráveis a três (03) contrários,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g”); 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “dispondo sobre a transposição de dotações orçamentárias no valor de R\$ 101.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para comentar o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Este projeto traz a mesma situação de adequação anterior, uma parte do duodécimo já está no cofre do Executivo e vamos acatar a adequação da contabilidade”, sublinho; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por doze (12) votos favoráveis a três (03) contrários, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g”); **“ex-vi” do disposto no inciso I, § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno: 3. REQUERIMENTO Nº 342, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “convocando o Senhor LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, Prefeito Municipal, de acordo com art. 32, inciso XV da LOMM, para que venha a sessão de Câmara no dia 14 de setembro, às 18h30 para prestar esclarecimentos sobre as Leis Municipais nºs 5.428, 5.587, 5.586 e 5.642”.** Para discussão a pedido do Vereador Benedito José do Couto. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 370/2015, de autoria da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada* do Requerimento nº 342/2015, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Requerimento de Retirada nº 370/2015); (arquite-se); **EM PRIMEIRO**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do **Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 50, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, autora, para explicar a sua intenção. “A intenção do projeto é conscientizar a população, para que respeitem as vagas preferenciais, porque os problemas são evidentes, no dia a dia, sempre há pessoa na vaga, sem cadastro, e várias cidades têm este projeto e as mensagens ficarão sob encargo da prefeitura, que pode envolver as escolas municipais, com criatividade, portanto, é um projeto importante para educação da população e peço apoio de todos”, aclarou. Também comentou a proposta a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Quero antecipar meu voto favorável, fiz indicação neste sentido, no mandato anterior, o projeto é muito importante e as frases educativas farão bem as crianças da nossa rede escolar, portanto, meus parabéns à autora, pela iniciativa”, esclareceu; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 50/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 5. Projeto de Lei nº 65, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Roberto Tavares e outro, “dispondo sobre a indicação de dívidas provenientes de exercícios anteriores e o novo código de zoneamento, nos carnês de IPTU, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Para comentar o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Estudamos a proposta, entendemos e somos favoráveis, a CFO entendeu viável, nada que possa incomodar o cidadão, não vejo dificuldades e votarei favoravelmente”, disse. Também fez



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, auto da proposta. “Agradeço o parecer favorável e as palavras de apoio, também agradeço aos vereadores Dayane Amaro e Daniel Santos, esclareço que o objetivo do projeto é alertar o munícipe, de que é devedor, junto ao município, pois muitos desconhecem a própria situação, e os juros da Dívida Ativa são altos, uma vez estampada a dívida, no carnê, será um lembrete bom, e peço o apoio de todos”, sublinhou. A próxima a discutir foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “É projeto muito bom para população, porque a Dívida Ativa, depois de certo tempo, manda o devedor à Justiça, o juiz determina o pagamento imediato e, se não pagar, o bem vai a leilão; se for idoso, o bem fica, até que ele morra, e depois, o prédio fica para a Justiça. Muitos se esquecem que são devedores, portanto, o lembrete é importante, pois temos que zelar pelo patrimônio das pessoas também e tomando conhecimento, elas podem vir até prefeitura e negociar o pagamento da dívida, então, parabéns ao autor”, esclareceu; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 65/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 6. Projeto de Lei nº 67, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a obrigatoriedade de tratamento e desinfecção da areia contida nos tanques destinados ao lazer e recreação infantil, existentes em escolas e creches do Município de Mogi Mirim”. Pareceres da Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Imediatamente, fez uso da palavra a autora, Vereadora Dayane Amaro Costa, que relatou ter apresentado a proposta, porque era biomédica, estudara a contaminação por bactérias e parasitas e se preocupava com a questão. Enfatizou, que o projeto era importante, tratava da saúde, era primordial, objetivava uma ação preventiva, que traria economia futura, pois evitaria doenças e propiciaria a proteção das crianças, que estavam na escola. Também comentou o projeto o Vereado Marcos Bento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

A. de Godoy. “Vejo o projeto como mais uma lei, que pode não ser cumprida, mas a Secretaria de Educação, por obrigação, deveria desinfetar os tanques, de seis em seis meses, eu vou votar favorável, e oxalá, seja cumprida a futura lei e fiscalizada, todavia, ratifico que, se não houver boa vontade, por parte da Secretaria de Educação, a lei não vai ser aplicada”, finalizou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “É obvio que se trata de dever do município, mas é triste, o que ocorre na cidade, de termos que ordenar que o tanque de areia da creche, ou escola, tenha limpeza, é triste isso, mas votarei, favoravelmente, sabedora de que a desinfecção seja dever do município”, ponderou; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 67/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 7. Projeto de Lei nº 72, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a impressão de boleto de pagamento de IPTU, confeccionado nos sistemas convencionais e em braile”. **Emenda Aditiva** da autora e outros. Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. A primeira a discutir foi a autora, Vereadora Dayane Amaro Costa. “Quero agradecer o apoio que recebo dos vereadores, eu luto pela acessibilidade e é triste, que no nosso município, o deficiente dependa de outra pessoa para efetuar seus pagamentos; sabemos que a acessibilidade é para todos, portanto, é importante que todos tenham acesso ao sistema Braille, até os que não tem deficiência, e, como isso iria onerar e muito a proposta, nestes tempos de economia financeira, os membros da CFO deram uma ideia, que está apresentada na emenda e que eu acatei, porque sabemos que a prefeitura não tem orçamento para a impressão de todos os desenhos em braile, portanto, a ideia é, num primeiro momento, imprimir boletos só com a escrita braile para os deficientes visuais, sob cadastro na prefeitura, e, depois, num segundo momento, quando adequado ao orçamento do município, imprimir para todos, eu agradeço a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

brilhante ideia e peço o apoio de todos”, declarou. O próximo a discursar foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que disse que a proposta era excelente, que tinha dúvidas, antes da incorporação da emenda, mas diante da proposta emendada, estava convicto a votar favoravelmente. A Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros também discursou, cumprimentando a Vereadora Dayane, pela iniciativa e pela possibilidade de emendar a peça, conjuntamente, revelando que os vereadores estavam juntos, trocando ideias e aperfeiçoando a proposta; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 72/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa e Emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 8. Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “estabelecendo horário de tráfego dos veículos de transporte de valores denominados “carros-fortes” no Município de Mogi Mirim e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Porém, antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Ofício de Retirada s/nº, de autoria do Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada* do Projeto de Lei nº 89/2015, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Ofício de Retirada s/nº); (arquite-se); 9. Projeto de Lei nº 91, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 91/2015,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Prefeito Municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 10. Projeto de Lei nº 92, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação da Ouvidoria da Guarda Civil Municipal”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 92/2015, do Prefeito Municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 11. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 90, de 2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “dispondo sobre a utilização e entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos”. Havendo rejeição do parecer desfavorável pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 90/2015 será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento para prosseguimento e emissão do respectivo parecer nos termos do art. 55, § 4º do Regimento Interno. Antes de colocar a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 371/2015, de autoria do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias da discussão e votação Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 90/2015, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por nove (09) votos favoráveis a seis (06) votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 371/2015); (aguardem-se cinco (05) dias e insira-se o Parecer Desfavorável na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 12. Projeto de Lei Complementar nº 06, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a aprovação do Plano de Urbanização do Loteamento denominado “Jardim Carlos Gomes”, no Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Privadas e de Finanças e Orçamento. Imediatamente, o Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Ofício de Retirada s/nº, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada e para reestudo* do Projeto de Lei Complementar nº 06/2015, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (posto a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, o Requerimento de Adiamento nº 371/2015); (aguardem-se cinco (05) dias e insira-se o Parecer Desfavorável na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); 14. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal “regulamentando o Artigo 165, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2015, do Prefeito Municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à “**EXPLICAÇÃO PESSOAL**”, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereador Dayane Amaro Costa, que justificou seu voto favorável ao adiamento do parecer contrário, porque entendia que os vereadores desejavam estudar melhor a peça e mais estudo era válido, sempre. Depois, passou a falar sobre a moção de repúdio ao cancelamento do desfile cívico de 7 de Setembro. “O Presidente João se manifestou, no sentido de assinar a moção de repúdio e a informação que tenho, é que outros da base aliada também vão assinar, portanto, agradeço, em nome da população, que sabemos, ficou decepcionada, e não posso deixar de comentar a atitude do prefeito, durante a cerimônia cívica de Hasteamento da Bandeira, promovida pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ACIMM, que saiu na mesma hora, em que começou a tocar o Hino de Mogi Mirim, num total desrespeito para com a cidade, que o elegeu, enquanto o Vereador Jorge Setoguchi e eu escutávamos o Hino da Cidade, o prefeito e a Secretária de Educação, Márcia Róttoli, foram embora, num desrespeito total. No Ipiranga, o grito foi ‘Independência ou Morte’ e o prefeito faz sua independência, mas mata o povo”, criticou. A Vereadora também comentou sobre as obras do Parque das Laranjeiras, lembrando que o Secretário de Obras, Wilson Rogério, tinha estado na Câmara e ela lhe perguntara, se a prefeitura estava preparada, para a execução das obras, e ele respondera que sim, havia dito que tinha tudo planejado, mas ela via que não, e versou, novamente, sobre a nova sede do Poder Legislativo, o “Palácio de Cristal”. “Sobre o Palácio de Cristal, mais uma vez, temos a prova de que a Secretaria da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim não funciona, porque, afinal, liberou o alvará de um lugar, que não tem rampa de acesso e o piso é de pedras portuguesas, então, mais uma vez, prova que não funciona, temos um prédio ao custo de vinte e três mil reais/mês e ele não é acessível, estamos em 2015, como se constrói e não deixa o prédio acessível?”, perguntou. Por fim, parabenizou a Vereadora Maria Helena pela apresentação do requerimento que convocava o prefeito à Câmara. “Seria importante a base pressionar o prefeito, pois sempre o apoiou e sei que a base se sacrifica aqui, porque também já fui da base, mas percebi que o prefeito não merecia minha confiança, e os vereadores da base devem pedir a ele, que venha aqui, porque a população quer explicações”, concluiu. Como os próximos inscitos, Vereadores Luiz Guarnieri, Marcos Bento Alves de Godoy, Luzia Cristina Nogueira e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Cinoê Duzo, que teceu elogios à atuação do SAMU e apoiou suas reivindicações. “Quero prestar minha homenagem a toda equipe do SAMU, órgão que passa uma situação caótica, o SAMU pede socorro, literalmente, o SAMU está na UTI, porque seus funcionários sequer têm uniformes apropriados e estão sem condições de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atender à população, haja vista que o vale alimentação, que ganham, é de cem reais e, como me disseram, não dá para comprar uma marmita decente, não tem bota para trabalhar, as viaturas estão sucateadas; os funcionários passam o dia fora, gastam do próprio bolso e não têm reembolso, apenas o dinheiro do combustível; eles estão lá, para salvar vidas e prestar serviço ao município e o fazem, com responsabilidade e amor, e, em troca, recebem o descaso do governo municipal; há alguns dias, o Secretário Gerson Rossi disse, em rede, que Mogi Mirim está entre as dez melhores cidades, em saúde, ora, mas se o SAMU auxilia o serviço de saúde, como ele vai na televisão e faz esta propaganda enganosa? Ele é responsável sim, ele é a autoridade máxima no município, portanto, fica minha indignação e peço os requisitos necessário para que o SAMU desenvolva seu trabalho, os funcionários devem receber, para desenvolverem bem o trabalho, eles estão colocando a vida em risco, nesta forma de trabalho, então, que a administração olhe com urgência pelo SAMU, porque seus funcionários trabalham com amor, dedicação e responsabilidade e não têm recebido respaldo do governo municipal”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que também abordou os problemas relativos ao SAMU e seu funcionamento. “Estive na inauguração do SAMU, em Conchal, e observei que todas as autoridades, daquela cidade, tratam os funcionários do SAMU como heróis, mas, em Mogi Mirim, eles salvam vidas e sequer são chamados ao Poder Executivo para um elogio, além de não terem condições de trabalho, de socorrer pessoas, de resgatar pessoas, porque a prefeitura não dá condições para que trabalhem; eles correm risco de vida, enfrentam neblina, pista, rodovias, madrugadas, até parto fizeram, no Horto Vergel; contem comigo, na luta, porque tudo o que o funcionário Gallo falou, é verdade, inclusive, a viagem para Betim, quando viajaram até Betim, MG, e não tiveram direito à diária, ao alimento, e passaram fome; dão a vida por nós e pedimos ao Poder Executivo que pague seus salários e pague diárias de alimentação”, afirmou. Depois lembrou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha solicitado ao Poder Executivo um relatório contendo todas as informações sobre as obras, que estavam em andamento, ou que já tivessem concluídas, no município, e que, até agora, não havia obtido resposta. “Não responderam, então, vou me utilizar dos dispositivos da LOM e acionar o Ministério Público para saber, pois são várias as obras, além de vermos parada a ampliação da UBS da Vila Dias, a água invadiu o posto, em reforma, com a chuva forte da semana passada, todos os relatórios estavam no chão, porque não havia lugar para guardá-los e eles se perderam, outras coisas estão se perdendo e o lento avanço da obra está atrapalhando o dia a dia; no NIAS, a obra está com cadeado e ninguém entra, estacionada também, o responsável disse que não está recebendo pagamento, da Prefeitura, e a obra está parada; também, no Horto Vergel, a UBS, em reforma, parece-nos estacionada, mas amanhã iremos lá, novamente, para averiguar, então, como vemos, são muitas obras em andamento e não concluídas”, discorreu. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Quaglio, Jorge Setoguchi e Daniel dos Santos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que abordou os problemas do SAMU. “Quero dizer aos funcionários do SAMU, que contem com meu apoio, vou procurar saber sobre a questão financeira e os repasses ao SAMU, que é um serviço fundamental; eu tive minhas discussões com o SAMU, setor do atendimento, em Mogi Guaçu, eu até entendo que são muitas ligações e muitos trotes também, mas eu, particularmente, passei uma situação com um cadeirante, que solicitou o SAMU e a médica que atendeu ao chamado, disse que não poderia deslocar a viatura e falou que o vereador é quem deveria levar o paciente ao hospital, então, eu representei o responsável pelo ato, junto à Justiça, e tais situações não estão ocorrendo mais; tudo o que for sobre saúde, sou favorável; a diária, mencionada há pouco, o valor de uma boa alimentação é impossível com o que estão recebendo e amanhã, de imediato, irei à Secretaria de Finanças e vou cobrar o repasse e naquilo que precisarem, podem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contar comigo”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Eu quero fazer um convite para a Vereadora Maria Helena, para nos reunirmos, nesta semana, e discutirmos e lembrarmos daquela audiência pública, que fizemos, sobre o som, porque o barulho está incomodando a cidade inteira; eu fiz três audiências públicas aqui, já solicitei cópia de leis de São Paulo e Campinas, para resumirmos e apresentarmos um projeto e a situação mudar, porque a cidade está de ponta cabeça e o som está incomodando toda a população, está parecendo uma cidade sem comando, culpamos a lei e a fiscalização, que não funciona, ou melhor, ela precisa de amparo na lei, para funcionar, de fato. Quero falar da população do Jardim Planalto, com as contas absurdas de energia, de trinta, quarenta mil reais, estou em contato com os moradores e eu quero pedir anistia a estas pessoas, que não têm condições sequer de pagar o mínimo, quicá valores tão altos, mas isso é coisa dos prefeitos, do passado, que para fazerem média política implantaram aquele loteamento e, agora, o caso está feito e eles não têm a quem recorrer, não há quem dê amparo àquela população, e não é só lá, mas em outros bairros também, outros bairros precisam da anistia na energia elétrica. Quanto ao Túnel Mário Covas, ele não foi construído por engenheiros nem de Carlos Nelson Bueno, nem de Gustavo Stupp, então, alguém é culpado, mas não os atuais governantes, porque não foram eles que o construíram tão mal e é certo que o local alaga, quando das chuvas, perdendo o dinheiro da população, mas também não estou aqui para defender Stupp, muito pelo contrário, quero dar na cabeça dele também. E quero dizer também, que quando se trata do SAMU, fica muito bonito o vereador bater no peito, porque tem vereador cara de pau, que bate na mesa, mas não dá um caminho. Eu convido o funcionário Roni Gallo a conversarmos com o Secretário de Saúde e é mentira, aliás, o que foi dito, de que o secretário havia colocado que Mogi Mirim está em décimo lugar, pois é informação da Secretaria de Estado; o vereador precisa se informar e não vir aqui, mentir para público, precisa se informar, antes de passar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mensagem à população, o povo cansado de ser enganado, cansado de tantas mentiras na tribuna desta Câmara Municipal. Cara de pau! Informe-se, pelo amor de Deus, não podemos incriminar uma pessoa! Foi uma pesquisa, que a Secretaria de Estado fez, não foi o vice-prefeito quem fez. E se diz candidato a prefeito! Como pode? Como se pode confiar numa pessoa destas, com tantas mentiras? O povo não é bobo, o povo tem que acordar! Acorda população! O cidadão vem à tribuna e está ‘quebrando o pau’, acha que é o bam bam bam, o maioral. Vou conversar com o Secretário de Saúde, não posso julgar uma pessoa sem saber o que está acontecendo, pois é um crime, e reforço o convite, Roni Gallo, para irmos até ele, para uma reunião, na Saúde, e depois vou dizer, se é, ou não é, mas todos nós te apoiamos, apenas o vereador não deve usar da tribuna para falar mentira, fazer graça e ser aplaudido, não podemos aceitar uma coisa dessas, pois a coisa é séria. Temos que cobrar dos responsáveis. Acredito que o cidadão Roni não tenha tido uma reunião com o Secretário de Saúde, mas vai ter, porque vou promover-la, aceite o meu convite”, declarou. Também discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu também vou me informar, reconheço que acompanhei muito de perto o consórcio e o SAMU, tenho dados sobre o rateio dos municípios, mas estão defasados, espero ter mais informações. Eu não li a reportagem, com Paulo Menna Barreto, mas eu entendo que ele foi lá, para resolver a parte administrativa, financeira, adequar, porque havia muita confusão lá, mas como não tenho informações precisas, vou poupar meu discurso aqui, têm meu apoio, sei do trabalho de vocês. Eu quero dizer que precisamos fazer alguma coisa. Eu li o editorial da Folha de São Paulo, de sábado, intitulado “A última chance”, referindo-se à Dilma, então, eu também vou dar uma última chance ao prefeito municipal, dizendo a ele que existem três funcionários, aguardando justiça; o conselho estadual do Ministério Público homologou o arquivamento o inquérito civil, para apurar improbidade administrativa da dita “Máfia do ISS” e é preciso fazer justiça, senhor prefeito,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recoloque o funcionários, tome uma atitude de humildade, retorne-os às suas colocações, foram penalizados por sofrer as consequenciais de uma acusação indevida e são concursados! Nada se constatou. Esta Casa compôs uma comissão, ouvimos pessoas, fomos a todos os departamentos, não houve desvio feito pelos três funcionários, que foram levemente acusados, portanto, eu apelo à base aliada, que interfira, pois me foi dito que o prefeito se desculpou, junto a eles, e que iria rever a atitude, mas eu não acredito mais nele, perdeu minha credibilidade, então, façam este último apelo e também dou a última chance a esta Mesa, para que não faça a mudança da Câmara para a nova sede, pois isto está chocando toda a cidade, toda a cidade acha um absurdo duas casas, para manter o Poder Legislativo, justamente, num momento em que vão acontecer demissões. Como é que se paga vinte e dois mil reais de aluguel? Entramos, Vereadora Luzia e eu, contestando as adequações malfeitas, a saída de ar, as janelas de tijolos de vidro, não há justificativa para aquelas adequações, porque o prédio foi mal feito, mal pensado, as condições de incêndio, que o Vereador Pires cogita aqui, naquele prédio são muito mais comprometedoras das que temos aqui, muito pior”, comentou e concluiu sua participação. Nenhum outro orador inscrito e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h24, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM